
TRAJETÓRIA DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO SISTEMA DE ENSINO DE BAURU NA PERSPECTIVA TEÓRICA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

CAMINO DE PREPARACIÓN DE LA PROPUESTA EDUCATIVA PARA LA EDUCACIÓN PREESCOLAR EN EL SISTEMA EDUCATIVO EN VISTA DE LA TEORÍA BAURU PEDAGOGÍA DE LA TEORÍA HISTÓRICA Y CRÍTICA Y HISTÓRICO-CULTURAL

PATH OF PREPARATION OF EDUCATIONAL PROPOSAL FOR EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN EDUCATIONAL SYSTEM IN VIEW OF BAURU THEORY PEDAGOGY OF HISTORICAL AND CRITICAL THEORY AND HISTORICAL-CULTURAL

Marta de Castro Alves Corrêa¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar a trajetória de implantação da pedagogia histórico-crítica e teoria histórico-cultural na Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Bauru e enfatiza o processo de formulação colaborativa de uma nova proposta pedagógica ancorada na perspectiva marxista, discutindo os avanços e dificuldades encontrados na elaboração do referido documento para garantir os princípios desta concepção na orientação teórico-prática do coletivo escolar. Para tanto, foi necessário recuperar a memória do trabalho desenvolvido nesta etapa de ensino desde sua implantação no município; pois entende-se que, ao investigar as ações educativas passadas, é possível compreender o posicionamento teórico adotado para a efetivação do caráter formal que a escola da infância assume no contexto desta pedagogia. Para a organização do estudo, optamos pelo relato de experiência, por melhor adequar-se aos propósitos deste trabalho e permitir conhecer as variáveis que contribuíram para a opção pela pedagogia histórico-crítica e teoria histórico-cultural como unidade teórica privilegiada para o ensino da criança de zero a cinco anos.

Palavras-chave: Educação Infantil; proposta pedagógica; pedagogia histórico-crítica; teoria histórico-cultural.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar la trayectoria de la pedagogia histórico-crítica y de la teoría histórico-cultural en la Educación Infantil del Sistema Municipal de Enseñanza de Bauru. Há sido necesario poner énfasis en el proceso de formulación colectiva de una nueva propuesta pedagógica anclada em la perspectiva marxista, poniendo em discusión los avances y dificultades de preparación de este documento para garantizar los principios de esa concepción en la orientación teórico-práctica de los profesionales. Por lo tanto ha sido necesario recuar la memoria de los trabajos desarrollados em esta etapa de la educación, desde su implantación em la ciudad, pues resulta facilmente comprensible que, investigando acciones educativas pasadas, es posible comprender el posicionamiento teórico adoptado para la efectivación de los aspectos formales que la escuela de educación infantil asume em el contexto de esa misma pedagogia. Para la organización del estudio, se optó por um relato de experiência, pues se adapta mejor a los propósitos de este trabajo, permitiendo así conocer las variables que contribuyeron a la elección de la pedagogia histórico-crítica y de la teoría histórico-cultural como unidades privilegiadas de enseñanza para niños de cero a cinco años.

Palabras-clave: Educación Infantil; propuesta pedagógica; pedagogia histórico-crítica; teoria histórico-cultural.

Abstract: This article aims to present the trajectory deployment of historical-critical pedagogy and cultural-historical theory in the Early Childhood Education from Municipal System of Education of

Bauru and emphasize the process of formulating a new Pedagogical proposal anchored in the Marxist perspective, discussing the progress and difficulties encountered in the preparation of this document to ensure the principles of this concept in the theoretical and practical education of the collective. Therefore, it was necessary to recover the memory of the work at this stage of education since its implementation in the city, because it is understood that to investigate the educational past is possible to understand the theoretical position adopted for the realization of the formal character of the school children assumes within this pedagogy. For the organization of the study, we chose an experience report, for better suit the purposes of this paper and allow to know the variables that contributed to the choice of the historical-critical pedagogy and cultural-historical theory as a theoretical unit privileged to teach the child zero to five years.

Keywords: Early Childhood Education; pedagogical proposal; historical cultural theory; historical critical pedagogy.

Introdução e objetivo

Garantir uma educação formal de qualidade que ultrapasse os limites do acesso formal, propicie a aprendizagem de todos e de cada um que dela se beneficia, é missão que toda instituição de ensino deve assumir frente à responsabilidade que lhe é atribuída.

Cabe à instituição escolar organizar a ação pedagógica e a relação do aluno com o objeto de conhecimento de forma intencional e consciente. De acordo com Saviani (2003, p. 13), o trabalho educativo consiste no “[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Neste sentido, a Secretaria Municipal da Educação de Bauru tem procurado, ao longo de sua história, situar a Educação Infantil como espaço de conhecimento escolar; preocupação que se expressa nas propostas pedagógicas já construídas. Porém, a história também apresenta a dificuldade de estabelecer um posicionamento teórico consistente, marcado por um ecletismo de concepções e tendências que foram tecendo as diretrizes pedagógicas numa determinada época, ao sabor do posicionamento político de seus dirigentes. Romper este espontaneísmo histórico e dotar os processos educativos de intencionalidade política e pedagógica motivaram a elaboração de uma proposta pedagógica alicerçada na teoria histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica.

Desta forma, o presente texto, que tem como abordagem o relato de experiência, pretende pontuar a trajetória de formulação desse documento na Educação Infantil de Bauru, demarcando o crescente interesse e consolidação desta teoria na orientação docente, à medida que esse sistema implementa sua nova proposta pedagógica.

A cidade de Bauru no contexto da Educação

Bauru foi fundada em 1896; seu crescimento foi impulsionado pela chegada das estradas de ferro Noroeste do Brasil, Paulista e Sorocabana, que facilitaram a comunicação, o transporte e o intercâmbio comercial entre São Paulo e Mato Grosso.

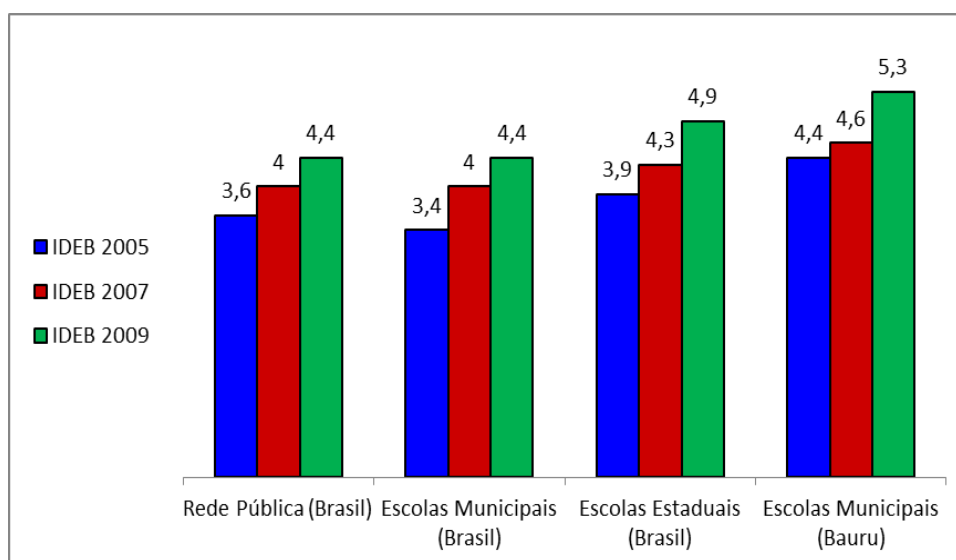
Localizada no centro-oeste paulista, a 326 km da Capital São Paulo, Bauru abriga uma população de 343.937 habitantes (IBGE, 2013). A economia do município gira em torno da prestação de serviço,

comércio e indústria; destaca-se também por sua identidade de cidade universitária, pois abriga várias instituições de nível superior².

Em relação à educação básica formal, a Educação Infantil conta com escolas municipais, filantrópicas conveniadas e particulares; o Ensino Fundamental com escolas municipais, estaduais e particulares; o Ensino Médio com estaduais e particulares e vários polos de ensino que atendem na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A posição nacional de Bauru no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos de 2005, 2007 e 2009 mostra um aumento da média obtida em relação às atingidas pelas escolas públicas do Brasil, estaduais e municipais. Conforme dados obtidos quando da elaboração do Plano Municipal da Educação (2012), Bauru situa-se num patamar satisfatório em relação à educação, comparado às médias de outros sistemas de ensino. Como se pode constatar no gráfico abaixo:

O IDEB de Bauru observado nas séries iniciais do Ensino Fundamental comparado as escolas Públicas, Municipais, Estaduais no contexto do Brasil
Fonte: PME/2012



Um dos problemas estruturais da Educação Municipal é vencer o desafio de atender às demandas da Educação Infantil, especialmente quanto ao atendimento de crianças zero a três anos. É justamente aí que se concentra a maior parte da demanda reprimida, com cerca de 1.137 excedentes. Esse quadro é preocupante em face das metas a serem atingidas até 2020, conforme pontuado no Plano Municipal da Educação de 2012: “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos” (BAURU, 2012, p. 57).

Administrativamente, a Secretaria da Educação é a maior em número de funcionários no município, dois mil e quinhentos aproximadamente, lotados nos cinco departamentos que a compõe: Departamento de Alimentação Escolar; Departamento de Planejamento, Projetos e Pesquisas Educacionais; Departamento de Administração; Departamento de Ensino Fundamental e Departamento

de Educação Infantil.

Atualmente atende um total de 18.420 alunos, divididos nas 62 unidades de Educação Infantil (9.228 alunos), 16 unidades de Ensino Fundamental (8.491 alunos), e Educação de Jovens e Adultos (700 alunos).

Com as conquistas sobre o atendimento educacional especializado (Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008), são atendidos atualmente pela Divisão de Ensino Especial 282 alunos, com acompanhamento direto no ensino regular (classe comum, sala de recursos e itinerância).

Além dos alunos de Educação Infantil que o sistema atende diretamente, conta também com 3.240 alunos de 29 unidades de Creches Conveniadas, subsidiadas por meio do recebimento de *per capita* mensal de alunos do segmento creche e pré-escola em forma de subvenção.

Os últimos anos foram marcados por conquistas dos servidores da educação, a começar pela implementação da Lei n. 5.999, de 30 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS. Este regulamentou a Atividade de Trabalho Pedagógico (atividade exercida fora da sala de aula), conforme Decreto n. 11.494, de 11 de março de 2011, dada sua importância frente a possibilidade de estudos oferecidos aos educadores do município. Mais adiante retomaremos esse tema para aprofundá-lo.

Outro destaque, não menos importante, diz respeito à reformulação do Estatuto do Magistério Municipal, promulgado pela Lei n. 6.217, de 28 de maio de 2012. Tais documentos oficializados abriram caminho para a consolidação do Plano Municipal da Educação, que percorreu todo um processo democrático de participação popular dos diferentes segmentos envolvidos na educação, com discussões, fóruns e plenárias livres, salas temáticas de debates, amplamente divulgados pela mídia e site da Prefeitura Municipal; organizado e formulado por uma Comissão Executiva de Elaboração e Sistematização do Plano Municipal de Bauru – Decreto Municipal n. 11.635, de 19 de agosto de 2011.

Cabe lembrar que entre 2005 e 2008 houve uma grande movimentação para a construção do Sistema Municipal de Educação, da elaboração do Plano Municipal de Educação e da articulação com o Conselho Municipal de Educação, instituído pelo artigo 117 da Lei Orgânica do Município³.

Todo esse movimento exigia estudos sobre a temática, porém a Secretaria Municipal da Educação ainda não possuía estrutura organizacional suficiente para abarcar as exigências necessárias a esta formulação. Assim, as políticas públicas educacionais eram definidas pelos pressupostos do Plano Nacional da Educação (PNE).

Somente em 2012, efetivou-se o Plano Municipal da Educação (PME), marco fundamental para a história da educação do município, a qual deixa de responder à Secretaria de Educação de São Paulo para consolidar-se autonomamente como Sistema Municipal de Ensino de Bauru.

A carreira dos profissionais da educação

É impossível falar de conquistas na educação se estas não perpassarem também pela valorização e condições objetivas do trabalho do professor. A prática em sala de aula necessita de constante estudo e

aprimoramento da teoria que a sustenta e a formação inicial do docente é incapaz de proporcionar. Desse modo, torna-se fundamental estabelecer Políticas Públicas de Educação que garantam, na carreira do professor, a prática de estudo remunerada. A esse respeito, Saviani defende:

Essa carreira teria que estabelecer a jornada integral em um único estabelecimento de ensino, de modo que se pudessem fixar os professores nas escolas, tendo presença diária e se identificando com elas. E a jornada integral, de 40 horas semanais, teria que ser distribuída de maneira que se destinassem 50% para as aulas, deixando-se o tempo restante para as demais atividades. Com isso, os professores poderiam participar da gestão da escola; da elaboração do projeto político-pedagógico da escola; das reuniões de colegiado; do atendimento às demandas da comunidade e, principalmente, além da preparação das aulas e correção de trabalhos, estariam acompanhando os alunos, orientando-os em seus estudos e realizando atividades de reforço para aqueles que necessitassem. (SAVIANI, 2007, p. 20).

O município, por meio da regulamentação da Atividade de Trabalho Pedagógico (ATP e ATPC) em 2011, normatizou e garantiu uma conquista de vanguarda iniciada em 1985 – fruto da luta dos professores – com a implantação da Atividade Extraclasse – AEC, referendado pela promulgação da Lei n. 2.636, de 30 de dezembro do mesmo ano, que garantia ao longo da trajetória de trabalho do professor uma crescente oportunidade de estudo remunerada, contribuindo para a melhoria salarial e o resgate do papel intelectual que o professor educador deve exercer.

Atualmente, como já salientado, com a regulamentação da Atividade de Trabalho Pedagógico (ATP e ATPC) 2011, os professores do Sistema de Ensino de Bauru têm a oportunidade de percorrer uma carreira que garante vinte horas semanais de trabalho docente em sala de aula, três horas semanais de trabalho coletivo (ATPC) para estudo em equipe em cada unidade escolar, além de quinze horas de atividade trabalho pedagógico (ATP), destinado ao estudo elaboração e organização do trabalho pedagógico na unidade de ensino. 50% desta carga horária pode ser usado para participar de cursos ou eventos de formação continuada oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação, universidades ou eventos científicos. Os professores contam também com duas horas de ATP com local de livre escolha, perfazendo um total de vinte (20) horas remuneradas para dedicação exclusiva em sua formação ao final de sua carreira.

É importante salientar que o decreto da Atividade de Trabalho Pedagógico (ATP e ATPC) 2011 permitiu livre opção por parte dos professores até 2016, quando passará a ser obrigatório iniciar, perfazendo cinco (05) horas semanais (ATPCs)⁴.

A trajetória da Educação Infantil em Bauru

A história da educação infantil em Bauru aponta para os desafios que este segmento representa desde seu início em 1956, com a criação da EMEI “Stélio Machado Loureiro”, seguido das EMEI Lions (1957), Manoel de Almeida Brandão (1957), Pinóquio (1958) e Jaty Queiroz Gorreta (1969) que, na época, eram denominadas “Parque Infantil” e cuja finalidade era meramente assistencialista e recreacionista, conforme Evangelista (2007).

A orientação destes chamados “Parques Infantis” era de responsabilidade do órgão estadual denominado Departamento de Educação Física e Esportes (DEFEE), que oferecia o material didático e o treinamento dos educadores; oferta esta que perdurou até o ano de 1974, quando os parques infantis passaram a ser denominados Centros de Educação e Recreação (CER). A implantação desses centros ocorreu no contexto do Regime Militar e a ênfase do trabalho a ser desenvolvido era marcada pelas datas comemorativas e pela cultura do espírito patriótico. As turmas passaram a ser formadas por crianças de 3 a 6 anos e as educadoras eram denominadas “recreacionistas”.

Somente no final da década de 1970 é que o profissional da infância passa a ser reconhecido como professor de ensino de Educação Infantil, como pontua Evangelista (2007, p. 30): “em janeiro de 1987 os CER passaram a ser denominados Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), nome que perdura até os dias atuais.”.

Com a Educação Infantil edificada e reconhecida no município, cresceram as reflexões sobre a busca pela qualificação e o aprimoramento pedagógico, visando proporcionar à criança possibilidades de desenvolvimento integral. Em 1987, na esteira do crescimento do número de unidades escolares de Educação Infantil, houve a elaboração da primeira proposta pedagógica, inspirada pela pedagogia Freinet, porém, apontava também, outros teóricos como Maria Montessori, Piaget, Ana Maria Poppovic, entre outros, constituindo um marco na consolidação da rede de Educação Infantil do município, que até então era caracterizada por ações e iniciativas essencialmente isoladas das unidades escolares. Cabe salientar, no entanto, que sua elaboração não obteve a participação dos professores; foi uma proposta escrita por diretores da rede municipal e psicólogos colaboradores.

Passados nove anos, em 1996, frente aos avanços alcançados na área da educação em nível nacional, o município procurou produzir uma nova proposta, buscando incorporar as conquistas de suas experiências. Houve, então, um movimento de reformulação da Proposta Pedagógica pelos profissionais da educação, os quais instituíram uma comissão formada por professores, diretores e demais profissionais especialistas da Secretaria Municipal da Educação que, organizados em grupos de estudo, ofereciam cursos, oficinas e palestras, visando à construção de um documento inovador que representasse os anseios destes profissionais da rede municipal por promover uma Educação Infantil de qualidade, buscando fundamentação em teóricos como Piaget e Vigotski. Pretendeu-se, com isso, afirmar uma visão interacionista de desenvolvimento, unindo a concepção construtivista e o assim chamado sócio-interacionismo (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU, 1996).

Os idealizadores desta nova proposta buscavam garantir os avanços teóricos, sociais e as políticas que a Educação Infantil brasileira conquistou nas últimas décadas, de modo a assegurar-las no trabalho pedagógico que se propunha “[...] o desenvolvimento global e harmônico da criança, na busca da construção de um ser humano sensível à realidade, reflexivo, crítico e cooperativo” (BAURU, 2012).

Ainda nessa década, a Constituição Federal de 1988 propôs a desvinculação das creches da Assistência Social, passando a responsabilidade para a Educação e em 2004 o município integrou formalmente à Secretaria da Educação as 15 creches que eram administradas pela Secretaria do Bem Estar

Social (SEBES). Essas unidades passaram a ser denominadas Escolas Municipais de Educação Infantil Integradas (EMEII).

Em 2005, as escolas de Educação Infantil filantrópicas do município deixaram de contar com os serviços prestados pelos professores da rede municipal, o que até então era previsto por convênios celebrados entre as partes: entidades filantrópicas e Secretaria Municipal da Educação. A partir de então um novo convênio passou a vigorar. A conveniente iniciou os repasses de verba pública à conveniada para subsidiar a contratação de seus professores e ajudar na manutenção do serviço prestado, tendo por base a *per capita* estipulada para atender alunos de creche e pré-escola em forma de subvenção.

A Secretaria Municipal de Educação, por meio do Departamento de Educação Infantil, atende hoje 12.468 crianças de 0 a 5 anos, distribuídas em 38 EMEI, 24 EMEII e 28 creches conveniadas (SME, 2013). Além de responder pela supervisão das unidades escolares públicas e conveniadas, a Secretaria da Educação é responsável também, por supervisionar as creches e escolas particulares de Educação Infantil, bem como autorizar o funcionamento das mesmas.

Com a crescente expansão da Educação Infantil no município e as notórias conquistas e responsabilidades assumidas por esse nível de ensino, tanto no espaço escolar, quanto na reestruturação de Secretaria da Educação, sentiu-se a necessidade de delinear uma posição teórica diante do conjunto das ações adotadas pela atual administração em relação ao ensino da criança na primeira e na segunda infância. Assim, o desafio que desponta é a construção de uma proposta curricular.

A inserção da pedagogia histórico-crítica e teoria histórico-cultural na Educação Infantil

Em cada época buscou-se fundamentos nos teóricos que despontavam como modernos e consagrados na literatura da Educação Infantil. Porém, o ponto forte das escolhas acabava sendo o ecletismo de concepções. Os encantamentos provocados por essas teorias, na maioria das vezes respaldadas no protagonismo infantil, tornavam-nas cada vez mais atraentes aos olhos do professor.

A partir do reconhecimento da falta de um aprofundamento teórico mais consistente, que revelasse o compromisso de assegurar a transmissão do conhecimento histórico acumulado desde a primeira etapa do ensino, tendo o professor como mediador responsável neste processo, deu-se a introdução da teoria histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica, das quais traçaremos o percurso no contexto da Educação Infantil do município.

No período de 2005-2008 a Secretaria Municipal da Educação procurou atuar com afincamento na formação continuada dos profissionais da educação, de modo especial, dos professores. Outra linha importante de atuação foi a construção do Projeto Político Pedagógico das 76 unidades de ensino da rede municipal (Educação Infantil e Ensino Fundamental), as quais não possuíam este instrumento fundamental de orientação e reflexão do trabalho escolar.

Foram criadas várias frentes de formação para professores e diretores, a fim de conhecessem a teoria da escola de Vigotski⁵. Formou-se também o grupo de estudo da pedagogia histórico-crítica⁶, para que houvesse a difusão do conhecimento das teorias marxistas aplicadas à educação escolar. Na ocasião,

houve a aprovação de 15 resumos das participantes (professoras do município) na Jornada do Núcleo de Ensino de Marília (2007), fato este que motivou ainda mais os professores em relação ao estudo e aprofundamento da teoria.

Em outra frente de formação, os diretores de Educação Infantil e Ensino Fundamental participaram, durante o ano de 2007, de estudos preparatórios e da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) ministrado pelas docentes do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências UNESP/Bauru⁷ e do Departamento de Psicologia UNESP/Bauru⁸, que trataram dos aspectos práticos e estruturais do PPP, abordando as questões de desenvolvimento infantil, concepção de infância e visão de homem, dentro da perspectiva da teoria histórico-cultural.

Durante a elaboração do Projeto Político Pedagógico surgiram desafios como divergências teóricas, dificuldades de posicionamento teórico-filosófico, além da necessidade de concatenar a visão de homem que se propunha, voltada à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de superar as mazelas de uma sociedade injusta e desigual, com uma concepção de escola que favorecesse essa superação, realizando a tarefa histórica de perpetuar o conhecimento historicamente acumulado.

Durante esse trabalho foi possível promover um aprofundamento das teorias educacionais em suas vertentes filosóficas, traçando uma melhor compreensão do posicionamento teórico consciente que deve nortear o documento.

Assim, ao final do processo, foi possível perceber, mesmo com limitações, a opção dos diretores e seu coletivo escolar pela teoria histórico-cultural e pedagogia histórico-crítica: dos sessenta e um projetos político-pedagógico elaborados, apenas três mantiveram outras orientações teóricas: um com base em Célestin Freinet e dois sustentaram os pressupostos do construtivismo de Jean Piaget. Os demais optaram por Vigotski como expoente; bem como Leontiev, Luria, Elkonin, entre outros na área da psicologia, e Dermeval Saviani como precursor da pedagogia histórico-crítica.

Com os PPP elaborados na gestão⁹, 2009-2012, a Secretária Municipal da Educação¹⁰ reconheceu a necessidade de construir uma Proposta Curricular do Município para a Educação Infantil que assegurasse sua identidade e unidade teórica. Celebrou-se uma parceria entre a Secretaria Municipal da Educação e o Departamento de Psicologia da UNESP/Bauru, que deu início ao processo de elaboração desse documento em março de 2011, pela professora responsável¹¹, tendo como base teórica a psicologia histórico-cultural de Lev S. Vigotski e os pressupostos da pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani, por somarem uma visão de homem como sujeito singular e coletivo. O posicionamento ético-político dessa concepção visou assegurar o conhecimento sistematizado a todos os envolvidos no processo educativo, como garantia de pleno desenvolvimento psíquico para a apropriação dos resultados das conquistas humanas.

O primeiro passo foi traçar as características da proposta e montar a equipe de coordenação geral, composta por representantes do Departamento Infantil¹² e Departamento de Planejamento Projetos e Pesquisas Educacionais¹³, que passaram a manter encontros periódicos com a professora orientadora desse trabalho, objetivando o aprofundamento teórico e delineamento da estrutura da proposta:

concepção de desenvolvimento infantil, desenvolvimento das funções psíquicas, periodização do desenvolvimento infantil, relação entre desenvolvimento e ensino, planejamento do ensino na Educação Infantil. Concomitantemente ocorreram encontros de formação com as diretoras das unidades de Educação Infantil.

Na sequência, foi necessário organizar os grupos de trabalho (GT) por área de conhecimento. Foram formados seis grupos compostos por um ou dois coordenadores, além de diretoras e professoras de Educação Infantil, interessadas em colaborar em uma determinada área de conhecimento previamente definidas pela coordenação, a saber: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Artes, Música e Cultura Corporal. Assim foi iniciada a construção da proposta pedagógica.

Nesse ínterim, à medida que os coordenadores recebiam formação nos encontros periódicos mantidos com a coordenação geral, multiplicavam os conhecimentos nos GT e construíam o texto de fundamentação para cada área de conhecimento, contemplando objetivos, conteúdos e encaminhamentos metodológicos das diferentes turmas¹⁴ em consonância com o documento introdutório escrito pela professora responsável e aos conceitos gerais da base teórica.

Quanto aos aspectos mencionados, optou-se pela propositura defendida por Vigotski do “método inverso”¹⁵, inspiração aplicada a eleição dos objetivos e conteúdos que deverá compor as orientações para cada turma, por pensar nas máximas apropriações do conhecimento científico que a criança de Educação Infantil deverá conquistar durante sua permanência nesta etapa de ensino.

Diante do desafio de formular esta tarefa, foram realizadas inúmeras pesquisas e estudos pelos GT, de propostas pedagógicas de outros municípios, que pudessem contribuir com os questionamentos suscitados durante o processo, com especial destaque à Proposta da Rede Pública Municipal de Cascavel (PR), que trouxe à luz pontos fulcrais desta teoria. Contou também como as contribuições advindas dos professores da própria rede, que enviaram roteiros de objetivos, conteúdos e orientações didáticas, que eram incorporadas ao trabalho, à medida que se buscava realizar a *práxis* transformadora.

Ao final do primeiro semestre de 2012, os GT apresentaram a sistematização preliminar de suas produções. Após exame da coordenação, constatou-se a necessidade de melhor articular as áreas entre si e aos fundamentos da teoria histórico-cultural e pedagogia histórico-crítica, aplicadas às proposições pedagógicas das áreas de conhecimento. Dessa forma, estendeu-se o trabalho dos grupos, perdurando até o presente momento.

Por se tratar de uma proposta colaborativa e coletiva, após a sistematização preliminar do texto pela coordenadora do projeto, o capítulo introdutório contendo a fundamentação teórica que situa historicamente a teoria, seus conceitos base e principais expoentes foi objeto de ampla consulta na rede, com a apreciação e avaliação por todas as Escolas Municipais de Educação Infantil, parcial e integral (EMEI e EMEI), que aproveitavam os momentos destinados aos estudos coletivos, Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo - ATPC, para realizarem devolutivas escritas pelos professores, e orais, durante os encontros com as diretoras. As devolutivas foram categorizadas e sistematizadas para posteriormente incorporá-las ao documento.

Salvo alguns aprofundamentos em temáticas específicas de cada área, as equipes das unidades escolares avaliaram positivamente o documento, destacando a clareza de organização e linguagem que marcam a tessitura do texto.

Verificando o crescente interesse dos educadores pela teoria de Vigotski e seus colaboradores como base da proposta em construção, percebeu-se a necessidade urgente de aprofundamento dos pressupostos que sustentam essa concepção de educação. Com o propósito de garantir as apropriações destes conceitos pelos profissionais da educação, o Departamento de Planejamento, Projetos e Pesquisas Educacionais tem organizado seus cursos de formação continuada, voltados a esse objetivo.

Muito têm colaborado nesse trabalho, como alguns alunos graduandos de Psicologia da professora orientadora do projeto. Eles realizam formação com os professores sobre “O Desenvolvimento Infantil segundo a Escola de Vigotski”, relacionado ao documento preliminar da proposta, visando diminuir as dificuldades de entendimento e captar as necessidades de articulação entre teoria e prática, fortalecendo o caráter participativo da construção da proposta.

Merece destaque também, o fato de ter contado com o apoio de pesquisadores que colaboraram por meio de palestras, indicações de referências, pareceres e acompanhamento dos GT, ajudando a articular melhor a teoria ao conhecimento escolar.

No presente momento, à medida que se constrói o segundo capítulo da proposta pedagógica, enfocando a periodização do desenvolvimento psíquico, enfatizando desenvolvimento infantil e ensino. Os GT buscam a articulação entre as áreas de conhecimento e constroem as orientações para o berçário e adaptações estruturais, curriculares, entre outras, para a efetivação do atendimento educacional especializado realizado pela Divisão de Educação Especial, nas modalidade de itinerância para garantir a inclusão de alunos com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais.

Todo este processo segue concatenado às reuniões de estudo teórico com a coordenação geral, os Grupos de Trabalho e com as diretoras das unidades de Educação Infantil.

Resultados e discussões

A educação brasileira, ao longo de sua história, tem sido marcada por políticas públicas ditadas de forma impositiva, cujos resultados nem sempre configuram de maneira satisfatória, vez que se cria um ranço em relação ao que vem prescrito sem consultar as bases que seriam os maiores interessados no assunto. A educação que deveria ser uma prática social emancipatória, torna-se assim trabalho alienado, com os professores sendo meros executores de projetos elaborados por técnicos.

Pensando no respeito ao profissional da educação e no potencial que este assume para o sucesso ou fracasso da proposta pedagógica, é que se toma o cuidado de conduzir todo o percurso de forma processual e compartilhada.

Entende-se que é preciso um trabalho que traga à luz a necessidade de mudança e o convencimento dos motivos que a envolvem à medida que se constata a pertinência do que está sendo proposto. Assim, pode-se dizer que o trabalho adquiriu um caráter longitudinal, iniciado como exposto

anteriormente, em 2007 perdurando até o presente momento. Possibilitando desse modo, a formação e ampla participação dos envolvidos nas diferentes etapas de elaboração do documento.

Mesmo com o cuidado de favorecer a inclusão dos atores da Educação Infantil do município, na orientação teórica desta proposta, a trajetória não ocorre de forma tranquila, como salienta Batista e Pasqualini (2013, p. 06):

As principais dificuldades encontradas dizem respeito à participação dos profissionais da Rede de Ensino, uma vez que as professoras, diretoras e supervisoras da Secretaria Municipal de Educação que integram a equipe de coordenação e os grupos de trabalho acumulam um grande número de tarefas e atribuições, reduzindo as possibilidades objetivas de dedicação e envolvimento com o projeto de construção da proposta pedagógica.

Merece destaque, também, a amplitude da rede de Educação Infantil, o que torna ainda mais desafiadora a tarefa de construir uma proposta colaborativa, envolvendo um número maior de professores, vez que, a única possibilidade apresentada foi contar com a transmissão indireta de seu conteúdo, por meio da ação multiplicadora dos diretores, junto a sua equipe.

Embora, como já salientado, a Secretaria da Educação, e grande parte das diretoras identificam-se com os pressupostos da proposta e buscam contribuir com sua concretização, a implementação da inovação não se dá de modo imediato, devido a posições teóricas supostamente definidas¹⁶ quanto a inseguranças diante do novo, por exigir mudanças de concepções pedagógicas.

Assim, a educação infantil como primeira etapa da educação básica, precisa assumir para si a responsabilidade de conduzir um ensino sistematizado a criança, desde sua inserção no âmbito escolar, vez que o indivíduo, embora nasça representante da espécie *homo sapiens* e disponha de um complexo aparato biológico, por si só, não garante, as apropriações necessárias para constituir-se um ser humano. Desse modo afirma Martins (2009, p. 120):

Aos seres humanos não basta a mera pertença à espécie biológica, nem o contato com a sociedade pelas suas bordas. Para que se constituam como tais (seres humanos) precisam apropriar-se da vasta gama de produtos materiais e intelectuais produzida pelo trabalho dos homens ao longo da história.

Necessita acesso às conquistas sociais e históricas, por meio das intervenções do professor-educador que o acompanha, mediando às relações do mundo com seus objetos do conhecimento e assim, desenvolvam maximamente seu psiquismo.

Em face destas considerações, e na busca de garantir uma unidade teórica na rede, que até o momento não conta com um documento que oriente de forma consistente o trabalho realizado com as crianças de zero a cinco anos, é que se concentram os esforços na construção desta nova proposta a fim de suprir a lacuna existente.

Cabe salientar, que a finalização da proposta pedagógica para a Educação Infantil do município de Bauru, estava prevista para o final de 2012. Contudo, frente à complexidade e abrangência do documento, somado as dificuldades encontradas, o prazo foi estendido, reconfigurando sua entrega oficial para o início de 2014.

Em que pese a possibilidade de o trabalho realizado até aqui não garantir a efetiva consolidação

da teoria histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica como respostas às expectativas da grande maioria dos educadores, – os quais almejam formar sujeitos capazes de analisar criticamente a realidade social e nela intervir de forma ativa –, a investida de todas as ações desenvolvidas com a comunidade de professores, despertou interesse pelo estudo teórico mais elaborado. Percebeu-se também uma crescente negação da chamada “pedagogia da espera”. Tais constatações ecoaram nas diversas oportunidades de encontros, eventos, jornadas científicas e cursos de formação continuada oferecidos pelo Sistema Municipal de Ensino, quando foram abordadas questões pedagógicas fundamentadas nas teorias acima apresentadas.

Referências:

- ARCE, A.; MARTINS, L. M. (Orgs.). *Ensinando aos pequenos de zero a três anos*. Campinas: Alínea, 2009.
- BATISTA, J. B.; PASQUALINI, J. C. Ações e desafios na construção e implementação de uma proposta pedagógica para uma rede municipal de educação infantil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO DA UNESP 2013, 4., 2013, Bauru. *Anais eletrônicos...* Bauru: UNESP, 2013. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/cbe/anais_iv-cbe.pdf>. Acesso em: 24 set. 2013.
- BAURU. *Lei nº 54 Orgânica do Município – Seção I – Da Educação*. Bauru, 2004.
- _____. *Plano Municipal da Educação*. Bauru, 2012.
- BAURU. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Relatório de Diretoria, set. 2013.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP, 1988.
- EVANGELISTA, M. M. T. T. *A Construção do Projeto Político-Pedagógico na Escola Municipal de Educação Infantil “Floripes Silveira de Souza”*. 2007. 101f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=350600>>. Acesso em: 11 out. 2013.
- MARTINS, L. M. O ensino e o desenvolvimento da criança de zero a três anos. In: ARCE, A.; MARTINS, L. M. (Orgs.). *Ensinando aos pequenos de zero a três anos*. Campinas: Alínea, 2009.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8.ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- _____. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 11 out. 2013.

Notas:

- ¹ Graduada em Pedagogia com Complementação em Administração e Supervisão Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Especialista em Gestão Escolar. Atua no Departamento de Educação Infantil na Supervisão das Escolas Conveniadas e Particulares da Secretaria Municipal da Educação de Bauru-SP. E-mail: martacoarrea@bauru.sp.gov.br.
- ² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Sagrado Coração de Jesus (USC), Universidade Paulista (UNIP), Anhanguera, União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo (UNIESP), Instituição Toledo de Ensino (ITE), Faculdades Integradas de Bauru (FIB), Universidade Nove de Julho (UNINOVE), além de Escolas de Tecnologia (ETC) e Faculdades de Tecnologia (FATEC), entre outras.
- ³ Lei Orgânica do Município de Bauru, Seção I da Educação.
- ⁴ Embora se reconheça a importância que esta primeira iniciativa representa para valorização do professor e avanços na qualidade da educação no município, ainda não se constitui como ideal vez que, o profissional no início de sua carreira, pode contar

apenas com cinco (05) horas remuneradas, ao passo que seria necessário contar com as vinte (20) horas que só serão conquistadas ao longo de sua carreira. Dessa forma, muitos ainda optam por dobrar a jornada de trabalho.

⁵ Ministrado por Juliana Campreguer Pasqualini (aluna de mestrado UNESP/Araraquara) e Afonso Mancuso (Psicólogo).

⁶ Ministrado por Ana Carolina Galvão Marsiglia (Pedagogo) e Prof^a. Ms. Rita Bastos Zuquiere (docente do município de Bauru).

⁷ Prof^a. Dra. Maria da Glória Minguili (Departamento de Educação UNESP/Bauru).

⁸ Prof^a. Dra. Lígia Márcia Martins (Departamento de Psicologia UNESP/Bauru).

⁹ Rodrigo de Agostinho Mendonça (Prefeito Municipal de Bauru).

¹⁰ Prof^a. Dra. Vera Mariza Regino Casério (Secretária da Educação).

¹¹ Prof^a. Dra. Juliana Pasqualini (Departamento de Psicologia UNESP/Bauru).

¹² Prof^a. Ms. Lane Mary Faulin Gamba (Departamento de Educação Infantil).

¹³ Prof^a Dra. Maria Angélica Savian Yacovenco (Diretora de Divisão).

¹⁴ Agrupamento de alunos por faixa etária, Berçário (04m a 11 m), Berçário II, (1a a 1a7m), Maternal I (1a8m a 2a7m), Maternal II (2a 8m a 3a7m), Jardim I (3a8m a 4a7m), Jardim II (4a8m a 5a7m).

¹⁵ Parte das formas mais elaboradas para explicar as menos elaboradas.

¹⁶ Existe uma lacuna diante da indefinição de posicionamento teórico, do qual o discurso revela.

Recebido em: 10/2013

Publicado em: 02/2014.